

Redução da maioria penal é ameaça ao futuro dos jovens



▶ páginas 4 e 5

Trabalhador brasileiro terá direito ao Vale-cultura

▶ página 2

Dieese promove seminários sobre negociação coletiva

▶ página 6



Sindsep presente no Grito dos Excluídos

▶ página 3



Discussão sobre petróleo inicia série de debates no sindicato

▶ página 8



CUT comemora 30 anos

▶ página 8



@Sindsep_PE



Sindsep-PE



www.sindsep-pe.com.br

PROJETO ► Vale-Cultura passa a valer a partir de outubro deste ano

População de baixa renda terá acesso à cultura

Um estímulo para as pessoas de baixa renda que não têm condições financeiras para ter acesso à cultura. Essa é a proposta do vale-cultura, um projeto do Ministério da Cultura (MinC) para incentivar atividades culturais entre os trabalhadores que ganham até cinco salários mínimos (R\$ 3,39 mil), e são contratados em regime da CLT. A medida já começa a vigorar em outubro próximo.

O objetivo do governo federal é garantir acesso e participação da população mais carente nas diversas atividades culturais e contribuir na formação dos cidadãos brasileiros, além de estimular a produção do setor cultural no país com o aumento de público. Para ter acesso, o trabalhador precisa estar vinculado a uma empresa associada ao programa que deverá se cadastrar pelo site do Ministério da Cultura (www.cultura.gov.br).

O vale-cultura funciona da seguinte forma: o trabalhador receberá um cartão magnético, parecido com o vale-refeição ou vale-transporte, que poderá ser usado para entrar em teatros, cinemas, exposições, comprar livros, instrumentos musicais, CDs, entre outros produtos culturais (ver quadro ao lado). Segundo Gilson Matias Chefê, representante regional do MinC no Nordeste, a importância do vale-cultura está na possibilidade de incentivar tanto a população como o

Atenção

O Vale-Cultura pode ser usado para:

- Artesanato
- Cinema
- Disco e DVD
- Escultura
- Cursos de artes, audiovisual, circo, dança, fotografia, música, teatro, literatura
- Espetáculos de circo, dança, teatro, musical
- Equipamentos de artes visuais
- Instrumentos musicais
- Exposições de arte
- Festas populares
- Fotografias, quadros, gravuras
- Livros
- Partituras
- Jornais e revistas

mercado cultural. "Ela (a população) é convidada a participar, assim como as empresas produtoras de cultura", explica.

O vale mensal será de R\$ 50 e pode ser acumulado para os meses seguintes, o que pode auxiliar na aquisição de produtos mais caros como um instrumento

musical ou cursos. O trabalhador deve fazer uma cotação dos serviços e produtos do seu interesse para aproveitar o benefício da melhor maneira possível.

O programa se inicia em caráter experimental e será revisado daqui a seis meses. Segundo Chefê, todas as reivindicações que surgirem nesse período serão analisadas. "Inclusive a possibilidade de incluir os servidores públicos no programa", afirma o representante do MinC. Também poderá ser revista a atual restrição que não permite que o vale-cultura seja usado para pagar TV por assinatura, games e vídeo on demand (sistema que permite aos usuários selecionar vídeos a partir de um banco de dados com o uso da internet).

Os empresários da área cultural também serão beneficiados com o vale. O incentivo é facultativo, mas as empresas cadastradas no Programa de Cultura do Trabalhador vão receber uma dedução de 1% no imposto de renda. Ainda não foram definidas as empresas participantes. Os estabelecimentos interessados precisam se cadastrar no site do Ministério da Cultura, aberto para todos os interessados: desde o dono de uma banca de revista a um grande estabelecimento. O representante do MinC está otimista com o programa e afirma que a projeção é de movimentar R\$ 14 bilhões em todo o Brasil.

Outro olhar



Sérgio Goiana
Coordenador Geral do Sindsep-PE

Voto aberto e transparente

A intransigência que existe por parte de alguns políticos em torno da aceitação do voto aberto para todas deliberações do Poder Legislativo é, a meu ver, caduca e injustificável. Um parlamentar é eleito pela população para cumprir um mandato popular. Não pode camuflar a sua atuação no parlamento. Todas as suas decisões devem ser públicas. A transparência deve reger seu mandato.

O funcionamento das instituições do Estado não pode estar acobertado por uma nuvem de fumaça. Muito pelo contrário. Defendo a divulgação de todos os passos de um parlamentar em sua casa legislativa para que essas atividades possam ser acompanhadas pela sociedade. O direito de acompanhar um mandato deve ser garantido a todos cidadãos brasileiros.

Defendo o voto aberto em todas as circunstâncias. Quer o contrário é estar do lado do atraso. É querer continuar impondo a cegueira ao povo brasileiro. As forças dinâmicas da sociedade estão demandando mudanças na política brasileira. Querem mais transparência e honestidade com os recursos públicos e estão acompanhando mais de perto as ações dos políticos. É de extrema importância que esses políticos reconheçam as atuais demandas e as atendam.

Muitos continuam defendendo o voto secreto afirmando que desta forma podem se livrar das pressões do Poder Executivo e das mesas diretoras de suas casas legislativas. Isso é uma grande e esfarrapada desculpa para que eles continuem escondendo suas linhas de ação da população.

Um governo pode querer que um determinado parlamentar, de um partido que integra o seu grupo, vote de acordo com o que ele espera. Mas um senador, deputado ou vereador ético e incorruptível, jamais irá aceitar uma pressão de quem quer que seja. Ele deve votar de acordo com os seus princípios e com o bem comum. Se um projeto de lei trazer benefícios para a sociedade, ele deve ser aprovado com pressão ou sem pressão. Caso seja maléfico, deve ser rejeitado. O povo brasileiro tem que saber quem são esses políticos que se sujeitam a pressões.

No meu entender, o voto aberto nas casas legislativas do Brasil, para todas as decisões, é um direito do povo brasileiro. E a sua aprovação é um dever dos parlamentares.

PLURALIDADE ► Múltiplas reivindicações sociais na pauta do 19º desfile do Grito dos Excluídos



Um protesto em prol da juventude e da inclusão social

Um feriado chuvoso em pleno sábado, dia convidativo para as pessoas ficarem em casa, descansando do rescaldo de uma semana inteira de trabalho. Mas não foi isso o que se viu no dia 7 de setembro, quando muita gente deixou a preguiça de lado e foi para as ruas lutar por justiça social. Essas pessoas atenderam ao chamado do Grito dos Excluídos, que já está na sua 19ª edição e desfilou pelas ruas do centro do Recife.

Logo na concentração, já era visível o clamor por um Brasil mais justo. As pautas levantadas pelas várias representações dos movimentos sociais tinham uma pluralidade que abarcava praticamente todas as demandas sociais: reforma agrária, democratização da comunicação, garantia dos direitos das crianças e adolescentes, mais e melhor saúde, educação e serviços públicos de forma geral, entre outros pontos.

Numa referência ao tema do 19º Grito dos Excluídos, a palavra de ordem puxada pela organização do evento e repetida pela multidão que acompanhava o trajeto era "Juventude que ousa lutar, constrói um projeto popular!" Ainda na concentração, um grupo de teatro ligado à ala progressista da Igreja Católica fez uma encenação elencando os direitos das crianças e adolescentes garantidos por lei, mas que na prática não funcionam.

"É bonito de ver essa gente toda reunida, pessoas politizadas, numa atividade de grande importância para a luta pela igualdade social. Estamos aqui para gritar bem alto que não aguentamos mais tanta exclusão. Temos que construir um novo Brasil, que priorize a defesa dos direitos humanos", disse o coordenador geral do Sindsep-PE, durante a concentração do Grito dos Excluídos, na praça Osvaldo Cruz.

Depois de mais de uma hora de concentração, o desfile seguiu



TEMÁTICA O 19º Grito dos Excluídos contou com uma diversidade de pautas, com ênfase maior na defesa dos jovens brasileiros

pelas avenidas Conde da Boa Vista e Guararapes, culminando com um ato público no pátio do Carmo, centro do Recife. Ao final, uma grande ciranda reuniu todas as pessoas que participaram do desfile, dando um tom de solidariedade e igualdade.

Durante o desfile, representantes dos movimentos sociais ocuparam o microfone para denunciar a exclusão social e exigir um país mais justo. "Estamos aqui para denunciar que quase 220 mil crianças e jovens estão fora da escola. O governo de Pernambuco, terra do educador Paulo Freire, não teve a capacidade de dar educação a todos os estudantes. O governo de Eduardo Campos não incluiu. Temos mais de um milhão de pessoas analfabetas. Exigimos escolas públicas e de qualidade", discursou Heleno Araújo, presidente do Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Pernambuco (*Sintepe*).

frase



“Agentes públicos que se deixam corromper e particulares que corrompem servidores do Estado, são eles corruptos e corruptores, os profanadores da República”

Celso de Mello, ministro do STF durante processo de votação do mensalão

Charge ► Samuca



Expediente

Jornal editado pela Secretaria de Imprensa do Sindicato dos Servidores Públicos Federais no Estado de PE
Rua João Fernandes Vieira, 67 – Boa Vista
CEP 50.050-200 – Recife – PE
Fone: 3131.6350 Fax: 3423.7839
Home: www.sindsep-pe.com.br
e-mail: sindsep@sindsep-pe.com.br
imprensa@sindsep-pe.com.br
Tiragem - 13.000 exemplares
Impressão CCS Gráfica e Editora - fone: 3459.0000

Coordenador Geral - Sérgio Goiana
Secretária Geral - Graça Oliveira
Diretoria de Imprensa Fernando Antônio de Lima, Jemuel Nunes e Mª de Lourdes S. Maior Araújo
Jornalista Responsável e Edição - Fabioli Mendonça (DRT-2506)
Texto Fabioli Mendonça, Deyse Lemos (DRT 3909), Aline Matheus (DRT 2862) e Pietra Valadares (estagiária)
Revisão Mª de Lourdes S. Maior Araújo
Fotos Arquivo SINDSEP - PE, Condsef e João Carlos Mazella
Projeto gráfico e diagramação - Karla Tenório (DRT-2468) fone: 9291.3273

“Não é de um dia para outro que o adolescente resolve se envolver com crime”

PAUTA CONSTANTE DOS VEÍCULOS DE COMUNICAÇÃO DIANTE DA REPERCUSSÃO DE CRIMES COMETIDOS POR ADOLESCENTES, A REDUÇÃO DA MAIORIDADE PENAL É UM TEMA PREOCUPANTE. PRINCIPALMENTE POR CONTA DA FORMA COMO É TRATADO PELA MÍDIA, QUE, NÃO POUCAS VEZES, SE COLOCA A FAVOR DE QUE JOVENS, A PARTIR DE 16 ANOS, SEJAM TRATADOS

COMO CRIMINOSOS ADULTOS. ESSA QUESTÃO É POLÊMICA E ENVOLVE NEGLIGÊNCIA, PRECONCEITO, DESINFORMAÇÃO E FALTA DE POLÍTICAS PÚBLICAS. A ASSISTENTE SOCIAL VALÉRIA NEPOMUCENO, PROFESSORA E PESQUISADORA DA UFPE, DEFENDE QUE O ESTADO CUMpra SEU DEVER COM A INFÂNCIA E A JUVENTUDE E FAÇA VALER O ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE (ECA).

GARRA - Constantemente a mídia explora situações em que adolescentes cometem crimes, levantando o debate da redução da maioridade penal. Como a senhora avalia essa questão?

VALÉRIA NAPOMUCENO - Não temos abertura na mídia para fazer o contradiscurso. Os meios de comunicação terminam não contribuindo com matérias que aprofundem a discussão do que é que está levando esses adolescentes a se envolverem no ato infracional. A mídia quer vender a notícia, quando você tem uma situação de violência que envolve um adolescente. É um apelo. É muito fácil de ser observado. Rapidamente, logo após essa matéria, ela traz logo em seguida a discussão sobre a redução da maioridade penal. Então há um atrelamento direto, uma mensagem para a sociedade na maioria das matérias: “Para isso não acontecer mais, a gente precisa encarcerar, principalmente se o crime envolver homicídio”. Eu acho que a mídia perde a oportunidade de esclarecer a população. Quais são as reais motivações que levam um adolescente a cometer um ato tão grave, a ponto de cometer um homicídio? O que é que a sociedade, especialmente e principalmente o Estado, está fazendo? Não é de um dia para o outro que se forma um adolescente infrator. Tem que saber o que ocorre com aquela família quando ele era criança, o que ocorre com aquela infância, o que ocorre na adolescência, na vida desses meninos e meninas. Então, a gente precisava ter clareza e responsabilizar quem é que está se omitindo. Na minha opinião é o Estado. Há uma omissão clara, evidente, do descumprimento do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), não só daqueles artigos que tratam do ato infracional e das medidas socioeducativas. É antes. Todos aqueles capítulos que falam dos direitos fundamentais da criança e do adolescente são desrespeitados cotidianamente. Eu acho que há uma certa hipocrisia do Estado, da sociedade e da mídia, quando apresentam essa

► “Aquilo não é lugar para um adulto, você imagina um adolescente! E o pior é que você nunca imagina que pode ser o seu adolescente, o seu filho. Eu não gostaria que o meu animal de estimação estivesse naquele ambiente”

questão, a redução da maioridade penal. Uma criança que tem direito à alimentação, moradia de qualidade, educação, saúde, raramente se envolverá em situações de ato infracional. Será uma exceção, e não a regra como é hoje. Não é de um dia para outro que o adolescente resolve se envolver com as drogas, com crime. Tem toda uma história de vida que é de violação de direitos, desrespeito de uma legislação federal, o ECA. Não é justo que agora que o problema está tão grande, e tão em evidência, com a superlotação, que a única proposta seja essa. Acho extremamente injusto. E pior, além de ser injusto, não resolve. “Vamos reduzir a maioridade penal e internar esses meninos com 14, 16 anos, que vai resolver o problema”. Vai resolver o problema como? Se os reais problemas, se os reais motivos que levam os meninos a se envolverem no ato infracional não estão sendo trabalhados! Ou seja, é um engodo, é um faz de conta, é inchar mais as unidades de internamento e o problema vai continuar. Se a gente reduz a maioridade agora para 16 anos, daqui há uma década vai reduzir para 14, outra década vai reduzir para 12, porque não estamos tratando das questões que realmente levam os adolescentes a se envolverem com ato infracional.

Enquanto o Brasil não enfrentar isso de fato, aí fica nessa discussão pobre, hipócrita, de que reduzir a maioridade penal está resolvendo a questão. Reduzir a maioridade não vai reduzir essa superpopulação e o problema vai continuar. Não serão esses adolescentes, mas serão outros.

GARRA - Não seria uma forma de acalmar a população, com uma solução imediata que o governo vende como forma de justificar suas falhas e omissões?

VALÉRIA - Acredito que sim, esse tipo de resposta inócua, mas pelo menos diz alguma coisa: “Ah, o problema não é meu, é do Congresso que não aprova a redução da maioridade penal”. Tem uma coisa que tenho refletido e acho uma coisa fortíssima, que é a falta de empatia da maioria da sociedade com esses adolescentes e suas famílias. As pessoas, a população em geral, não se importam com aquela vida, não acreditam que o adolescente possa voltar à sociedade, a trabalhar, a estudar, a viver uma vida diferente. Elas não acreditam nisso, então condenam antecipadamente e para sempre aquele adolescente. A população não conhece o Estatuto da Criança e do Adolescente, então ela não sabe que numa unidade de internamento, o que se espera é que exista uma proposta pedagógica que consiga avançar e quando o adolescente terminar de cumprir seu tempo de internamento, ele volte para a sociedade em outra condição, inclusive com potencialidades desenvolvidas, com informação, educação, capaz de contribuir e se relacionar de uma forma diferente com a sociedade. É isso que se espera que ocorra dentro das unidades de internamento. As chances de um adolescente não reincidir são muito maiores do que a dos adultos, porque eles estão em formação (*ênfase nesse termo*). Essa percepção a sociedade não tem, não entende que os adolescentes estão numa fase da vida de formação, não são adultos. O estatuto avançou nessa perspectiva, de dizer que a crian-



ça e adolescente são sujeitos de direitos e estão numa condição especial de desenvolvimento. O ECA deixa isso claro. Essa percepção a sociedade não tem, pelo menos para crianças e adolescentes pobres. Já a classe média e os ricos conseguem enxergar as suas crianças e seus adolescentes com fases de desenvolvimento e conseguem até perceber isso e procurar desenvolver potencialidades em cada fase. A criança pobre não, a percepção da sociedade é ainda aquela da concepção do “menor”, do potencial criminoso.

GARRA - Como os casos de grande repercussão na mídia de crimes cometidos por adolescentes interferem no posicionamento das pessoas?

VALÉRIA - Não se pode exigir de pais que estão tão envolvidos emocionalmente com a perda de um filho, que eles façam uma análise sociológica da situação. Não tem como você exigir isso, mas tem como você discutir de uma forma mais generalizada, tentar sensibilizar para as questões maiores. Imagine se todas essas famílias que fossem vítimas estivessem pressionando o Estado para que apresente soluções concretas e definitivas para a maioria dos casos de ato infracional, e não para o Congresso reduzir a maioridade penal. Mudasse o foco. Mesmo aquelas famílias que têm acesso à informação e à cultura, têm uma visão conservadora sobre a classe trabalhadora, sobre os pobres e essa sociedade tão desigual que nós temos, termina fomentando esse distanciamento. É a falta de empatia. É a pessoa que trabalha na minha casa e eu não sei da vida dela, e, na maioria das vezes, ela está passando por dificuldades, ela tem um filho que vai à escola e não tem professores, o filho adocece e ela não consegue um medicamento, quer dizer, aí está o cerne da questão. As famílias das vítimas teriam um poder de mobilização porque passariam por essa situação. Mas isso se torna mais difícil por conta do envolvimento emocional e a falta de clareza, de abertura para pen-

sar nessas questões. Então é mais fácil dizer: “olha esses adolescentes não devem mais estar nas ruas porque eles são uma ameaça à população.” A falta de fundamentação disso está no Relatório de Fiscalização do Conselho Nacional do Ministério Público: nas unidades de internamento fiscalizadas só 8,4 são casos de homicídios. Então não é verdade que os adolescentes estão tresloucados nas ruas assassinando as pessoas. A maioria dos internamentos são danos ao patrimônio, roubo, eu não estou dizendo que isso está certo nem que isso é bom ou deve acontecer. O que estou dizendo é que, às vezes, a gente carrega tanto nas tintas com a história dos homicídios e isso traz um apelo muito forte para a sociedade pela redução da idade penal, que isso não se comprova pelos estudos da própria Justiça, do Ministério Público, nos relatórios dos dados do Sinase (*Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo*). A gente precisa, de fato, conhecer essa realidade.

GARRA - Nas audiências, tem que esperar a presença de um advogado para acontecer?

VALÉRIA - Tem que ter o defensor. Mas eu não sei se a gente consegue ter, eu não estou lá fiscalizando, não posso afirmar. Eu desconfio que seja bem difícil para tão poucos advogados acompanharem tantas audiências. Eu não estou falando de presença na audiência, porque até isso é difícil hoje, e sim conhecer a história daquele adolescente e do ato infracional, para poder se posicionar na audiência sobre determinada medida socioeducativa para esse adolescente e justificar porque é essa medida e não a outra, a máxima, o internamento. Só é possível fazer isso, se houver envolvimento com o caso específico, acompanhando tanto o antes da medida ser aplicada, como o depois: como o adolescente está, se já pode pedir a progressão de medida, se ele já apresenta resultados tão bons que se possa pedir a aplicação de outra medida. Esses adolescentes são, na verdade, amontoados dentro das unidades de internamento

e pronto! Em Pernambuco, todo ano acontece rebelião, morte de adolescentes nas unidades da Funase. Aí, a sociedade lembra que tem aqueles meninos internos lá, toma conhecimento, e tal, mas não se sensibilizam com aquela situação. Por exemplo, tem lá as medidas socioeducativas aplicadas ao ato infracional. Mas todo ato infracional não é igual. É diferente eu roubar no mercadinho da minha comunidade biscoito e refrigerante, de cometer um homicídio, claro. Muitas vezes é aplicada a última medida que é o internamento porque você não tem programas sociais, políticas públicas para que o juiz possa não aplicar a medida máxima, porque o caso não exige.

GARRA - E as medidas alternativas?

VALÉRIA - A medida socioeducativa está lá no estatuto. O juiz pode aplicar essa medida. Como muitos municípios não têm outros programas e instituições, termina aplicando o internamento por atos menos graves. Quer dizer, o adolescente nem precisava estar interno. E chega nessas unidades de internamento, não tem a fiscalização. O Relatório do Conselho Nacional do Ministério Público fala que os adolescentes não estão separados, como o ECA prevê, de acordo com o ato infracional que ele cometeu. Então, você vê meninos e meninas que cometem atos infracionais mais leves, juntos, no mesmo ambiente, com adolescentes que estão há muito tempo envolvidos com o ato infracional.

GARRA - As instituições como a Funase contribuem para a formação dos adolescentes ou é um prisão juvenil?

VALÉRIA - O estatuto não pensa as unidades de internamento como presídios, nem os próprios presídios são pensados como locais só de trancafiar, encarcerar. As unidades de internamento hoje não têm proposta pedagógica. O adolescente entra, cumpre a medida e sai muitas vezes pior do que entrou. A gente não tem retaguarda que possa aplicar ou-

► “Se a gente reduz a maioridade agora para 16 anos, daqui a uma década vai reduzir para 14, outra década para 12, porque não estamos tratando das questões que realmente levam os adolescentes a se envolver com ato infracional”

tras medidas socioeducativas que não o internamento. Tem muitos casos de adolescentes internos que não precisavam estar cumprindo aquela medida, e nada disso é discutido. Essas questões não são tratadas e o debate passa a ser focado na redução. As condições sub-humanas, insalubres, como riscos com a parte elétrica, banheiros feios, sujos, inadequados para um ser humano. Aquilo não é lugar para um adulto, você imagina um adolescente! E o pior é que você nunca imagina que pode ser o seu adolescente, o seu filho (*ênfase nessa parte da entrevista*). Como é que meu filho pode sobreviver naquele ambiente desumano até para animais? Eu não gostaria que o meu animal de estimação estivesse naquele ambiente. Como é que essa sociedade permite que um adolescente em formação, quer dizer com sua vida comprometida, esteja ali naquele ambiente, naquele depósito de seres humanos? Para os jovens da classe média, mais abastada, que se envolvem em atos infracionais, as famílias podem pagar, acompanhar o caso com mais dedicação às medidas a serem aplicadas a esses adolescentes. Os meninos pobre não têm esse direito.

GARRA - Se a redução

realmente acontecer quais são as consequências?

VALÉRIA - Como a sociedade vê esses adolescentes como um segmento descartável da população, que não tem uma utilidade não traz nenhum bem para o Brasil, para a sociedade, ela não se mobiliza. E nós que defendemos os direitos humanos do adolescente, ficamos muito mal posicionados. Acusados de defensores de bandidos. E se isso acontecesse com sua família? Eu não faço a crítica à população que tem esse tipo de posicionamento, porque compreendo também a falta de política pública para essa população, que não tem acesso à educação para cidadania e para os direitos humanos. Então, a população não se vê como sujeito de direito, nunca foi provocada a pensar sobre isso, então é natural. É muito mais fácil eu levar uma população pouco esclarecida a defender a redução da maioridade penal como solução da questão. Ela não é estimulada a pensar diferente. O difícil para quem defende os direitos humanos é não ter um canal de comunicação que consiga, da mesma forma que a mídia, passar as nossas mensagens, provocar um pouco a população. A gente não tem uma rede de comunicação pública que consiga espaço para fazer esse debate, para aprofundar esse debate. Não é porque o adolescente, ou até o adulto, está preso que ele deixou de ter direitos. Ele não deixou de ser humano, de ser um sujeito de direito. Eles perderam o direito de ir e vir, de estar trabalhando, mas não deixaram os outros direitos. Se eles apanham, sofrem tortura, não tem médico nas unidades de internamento de plantão; se não tem aula, a população está se lixando para isso. Isso não é verdade. Em entrevista ao canal 11, o presidente da Funase disse: “Ah, mas em Jaboatão nós temos a unidade modelo”. Isso é exceção, eu quero é universalidade, que todos os adolescentes tenham seus direitos garantidos e isso é difícil demais, porque começa pela superlotação. Como é que você pode ter o dobro do número de adolescentes, ou o triplo do que esse local pode atender? Desde 2010, existe em Pernambuco, aprovado pelo Conselho Estadual da Criança, um plano de reordenamento socioeducativo. Você tem o próprio estatuto, o Sinase, quer dizer você tem toda uma orientação do como fazer. A informação que a gente tem é que o governo estadual devolveu recursos ao governo federal porque não conseguiu construir as unidades em Pernambuco. Quando você vai questionar por que, é porque há uma dificuldade de se encontrarem os espaços para a construção das unidades, porque a população não quer as unidades ali naquele bairro, naquela área. Quando os governos querem, eles realizam, passam por cima dos interesses da população para defender os seus interesses políticos e econômicos. As obras da Copa são um exemplo, quanta violação de direitos humanos nós temos em prática hoje em nome das obras da Copa?. Para mim, tudo isso se resume ao descumprimento do ECA, a uma impunidade desses governos que não são responsabilizados.

Debate sobre negociação coletiva no setor público

Como parte da II Jornada de Debates sobre o Serviço Público, no dia 17 de setembro, no mini-auditório do Sindsep-PE, foi realizada a palestra *Desafios da Negociação Coletiva no Setor Público: Finanças e Transferências Governamentais*. O evento contou com a presença da CUT e outras centrais sindicais, da Fetape, além de vários sindicatos, como o Sindserpe, Sintepe, Sinpro Sindicato dos Bancários, Enfermeiros e Odontólogos.

Na mesa de abertura, a secretária geral do Sindsep-PE, Graça Oliveira, que faz parte da direção executiva nacional do Dieese, explicou que essa jornada de debates é importante para o setor público e privado. "Experiências em outros países mostram que só há avanço quando a classe trabalhadora está unida, independente da esfera a que pertença".

O coordenador regional do Dieese no Estado, Dinaldo Lessa, fez uma observação interessante: "Temos que estar munidos de informações para sentarmos com os governos para negociar. Temos que estar, no mínimo, no mesmo nível que eles".

A luta contra o PL 4330, que regulamentação a terceirização no país e precariza as relações de trabalho, foi um assunto bastante discutido, tanto na mesa de abertura quanto no momento do debate. "A sociedade ainda não tem ideia da dimensão do prejuízo que esse projeto de lei pode trazer", frisou o coordenador geral do Sindsep-PE, Sérgio Goiana, lembrando que é importante que todos trabalhem pela derrubada do PL que inviabiliza a negociação coletiva e todos os demais direitos trabalhistas.

O palestrante José Silvestre, coordenador de relações sindicais do Dieese nacional, deu início ao debate fazendo uma análise da conjuntura. Ele mostrou que mesmo com baixo crescimento do país, desonerações tributárias e restrições orçamentárias, o Brasil continua com uma arrecadação real significativa. Um dos termômetros é a inflação, que continua sob controle.

Em seguida, Silvestre analisou as contas de Pernambuco e dos municípios. Ele garantiu que o Estado também se encontra em uma situação confortável. "Há



OMISSÃO Durante o debate ficou claro que os governos não negociam por falta de vontade política

► Representantes da CUT e outras centrais sindicais estiveram presentes no debate

margem tanto para a União quanto para o Estado negociar. Os governos podem até não conceder reajustes e melhorias para seus servidores, mas existe verba para isso", garantiu. O palestrante salientou, inclusive, que há margem para negociar não apenas reajustes, mas despesas com pessoal, que inclui também melhoria das carreiras existentes e contratação de novos servidores.

Para Sérgio Goiana também não há dúvida que é possível avançar nas negociações com o governo. "Estou certo de que podemos avançar, mas isso não depende apenas das direções dos sindicatos, das confederações e das centrais. É preciso que os trabalhadores também se mobilizem, participem das assembleias para a pressão ser maior e os governos cedarem".

Reajustes para DNPM, HFA e Funai já estão no Congresso

No início de setembro, o governo enviou ao Congresso Nacional o Projeto de Lei (PL) 6245/2013, com reajustes para os servidores do DNPM, do Hospital das Forças Armadas e da Funai (*nível auxiliar*). A matéria está na Câmara dos Deputados e tramitando em regime de prioridade.

Os servidores do DNPM não fecharam acordo com o governo no passado, mas agora aceitaram o reajuste de 15,8%, que será escalonado em duas parcelas (janeiro de 2014 e janeiro de 2015). Para os servidores de nível auxiliar da Funai e os empregados públicos do Hospital das Forças Armadas, não se trata de uma negociação nova. Eles aceitaram o reajuste oferecido em 2012, mas, por um erro do próprio governo, ficaram de fora do projeto de lei enviado no ano passado.

Para conhecer o conteúdo do PL 6245, com as novas tabelas de vencimento básico e pontuação de gratificações de desempenho,

acesse www.camara.gov.br.

DNIT

Já os servidores do Dnit, que realizaram uma greve nacional de mais de dois meses, estes voltaram ao trabalho no dia 9 de setembro sem fechar acordo com o governo. Mais uma vez o setor não aceitou o reajuste de 15,8% que foi oferecido.

Os servidores do Dnit alegaram que estão com os salários congelados desde 2010 e desde lá acumulam uma perda de aproximadamente 27%, em virtude da inflação. Por isso, eles pedem a equiparação com os salários pagos pelas agências reguladoras mais 10% de reajuste.

No dia 11 de setembro, o setor se reuniu em plenária nacional. Mesmo sem ter avançado nas negociações com o governo, os servidores acreditam que a greve foi positiva e fortaleceu o setor, que vai continuar lutando por melhores salários e mais valorização.

Mais Médicos: aprovado pela sociedade

Segundo pesquisa da CNT (Confederação Nacional dos Transportes), divulgada pela Agência Brasil, a maioria da população brasileira apoia o Programa Mais Médicos. Dos entrevistados, 73,9% afirmaram ser favoráveis à iniciativa do governo federal de levar médicos para o sistema público de saúde em todos os municípios carentes do país. A população é a maior interessada no programa, e quer

ele funcionando. As pessoas estão cansadas do atendimento médico precário e negligente, como médicos que não estavam nos plantões quando deveriam estar, da falta de equipamentos e leitos suficientes nos hospitais, mortes nas emergências por falta de atendimento e de uma infinidade de irregularidades que impedem qualquer motivo para questionarem a criação do Programa.

Oficina sobre saúde do trabalhador no II Comar

No dia 16 de setembro, a Secretaria de Políticas Públicas do Sindsep e representantes sindicais de base do Ministério da Defesa realizaram uma Oficina sobre Saúde do Trabalhador no II Comar, setor do Ministério da Aeronáutica. O objetivo era diagnosticar as principais doenças que acometem os servidores do órgão. Dentre as principais patologias apontadas estão tendinite e problemas de coluna.

Os servidores do II Comar se queixaram bastante da falta de condições de trabalho. Eles informaram que em algumas salas não existe ventilador, nem mesmo exaustor. Alguns trabalhadores alegaram que não são fornecidos equipamentos de proteção individual (EPIs), como luvas, óculos e máscaras e por isso estão com problemas de visão e dores de cabeça constantes.

Por outro lado, colegas do órgão confessaram que possuem EPI, mas mesmo assim não usam, o que é errado. "O sindicato, então, fez um trabalho de conscientização com essas pessoas", conta o representante sindical de base, Rogério Bastos. O Sindsep fará em breve outra oficina no II Comar, com recursos audiovisuais interativos.

"Finalizada essa primeira etapa das oficinas, o próximo passo será sistematizar os resultados obtidos e buscar intervir junto à direção dos órgãos e empresas públicas, buscando assim a melhoria da qualidade de vida dos trabalhadores", explica a diretora da Secretaria de Políticas Públicas do Sindsep, Lindinere Ferreira.

Essas oficinas são atividades da Vida Viva, que é uma rede internacional formada por enti-

dades sindicais de vários países e dos mais variados setores, da qual o Sindsep-PE faz parte. A finalidade é construir uma nova abordagem da relação vida, saúde e trabalho. Acreditando que o trabalho deve ser algo saudável, os sindicatos e centrais que compõem o grupo devem atuar como agentes de transformação, promovendo reflexões entre os trabalhadores e intervindo junto aos patrões.

Só este ano, o Sindsep-PE já realizou oito oficinas como essas, na Funasa, no Ministério da Saúde, no Incra Recife, na Secretaria de Patrimônio da União, no IF Vitória e agora no Ministério da Defesa. Até o final do ano serão realizadas oficinas em outros órgãos. Os servidores devem ficar atentos aos informativos do sindicato.

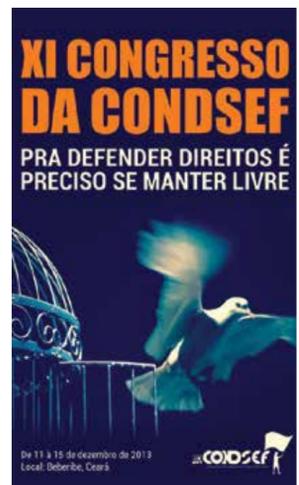


► "Vamos sistematizar os resultados obtidos e buscar intervir junto à direção dos órgãos e empresas públicas, buscando a melhoria da qualidade de vida dos trabalhadores"

CEARÁ ► De 11 a 15 de dezembro servidores participam de Congresso da Condsef Eleita delegação pernambucana que vai participar do XI Concondsef

Cento e vinte e oito servidores federais de Pernambuco vão participar do XI Congresso Nacional da Condsef (*XI Concondsef*), que acontece de 11 a 15 de dezembro, no município de Baberibe, no Ceará. Da delegação pernambucana, 124 servidores foram eleitos em assembleia nos órgãos federais; três são delegados natos por serem diretores da Condsef; e um, o coordenador geral do Sindsep-PE Sérgio Goiana, foi indicado pela direção do sindicato e referendado na assembleia geral que aconteceu no dia 12 de setembro, no auditório da entidade.

Com o tema *Para defender direitos é preciso se manter livre*, o XI Concondsef tem como pauta análise de conjuntura nacional e internacional; organização sindical e balanço do movimento; eleição da nova direção da Condsef e dos membros do conselho fiscal e



VOTAÇÃO No Congresso, será eleita nova direção da Condsef e aprovado plano de lutas para 2014

dos departamentos; prestação de contas; encontros setoriais, e ainda a aprovação do plano de lutas para 2014.

O Concondsef é a maior instância deliberativa da Condsef. A expectativa é de mais de 2 mil delegados participem do congresso, representando servidores de todo país. Um dos temas que devem ser bastante debatido no congresso é a possibilidade de uma grande greve geral do funcionalismo em 2014, ano de eleição e Copa do Mundo, quando todos os holofotes estarão voltados para o Brasil.

"O Concondsef é uma ótima oportunidade para discutirmos e reforçarmos os rumos da luta dos servidores. É um momento muito rico. Espero que esse ano não seja diferente", comentou a secretária geral do Sindsep-PE e diretora da Condsef, Graça Oliveira.

Novas regras para eleições 2014

O programa de reforma política de iniciativa popular produziu discussões que podem levar a Câmara a votar novas regras já para as eleições de 2014. É mais uma iniciativa para tentar melhorar o sistema eleitoral brasileiro que está mais do que desgastado e corrompido. Entre os pontos principais, o projeto prevê o fim do financiamento de campanhas eleitorais por empresas privadas e limite para doação de pessoa física para partidos. A ideia é que a eleição ocorra em duas etapas: o primeiro turno acontecerá com as pessoas votando em partidos, e na segunda etapa, nos candidatos.

Brasil gerando empregos

Apesar do grande alarde criado pelos grandes meios de comunicação brasileiros sobre uma catastrófica crise econômica que estaria se formando no Brasil, o País continua gerando empregos e crescendo. Foram criados 127,6 mil postos de trabalho com carteira assinada em agosto deste ano, de acordo com os últimos dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) divulgado no último dia 20 de setembro pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). No mês de agosto de 2012, foram criados 100,9 mil postos. A performance representa crescimento de 26,46%. No acumulado do ano, nos oito primeiros meses, foram gerados mais de 1 milhão de postos com carteira assinada.



Câmara restringe uso de cartazes

Em mais um atitude decepcionante, a Câmara dos Deputados mostrou não refletir a necessidade dos brasileiros. As pessoas tiveram acesso ainda mais limitado nas dependências da casa, além de serem proibidas de utilizar banners, cartazes e faixas. As novas regras de acesso entraram em vigor imediatamente, após regulamentação da mesa diretora no dia 10 de setembro. O presidente da Câmara, Henrique Alves, apontou como medida de segurança. A capacidade agora se limitou a praticamente visitantes: apenas 1.770 mil pessoas por dia, onde antes podiam circular 8 mil a 10 mil.

Multa do FGTS é mantida

O Projeto de Lei Complementar nº 200, de 2012, que extingue a multa de 10% sobre o saldo do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) foi mantido pelo o Congresso Nacional que decidiu manter o veto da presidente Dilma Rousseff ao projeto aprovado no Legislativo. Apesar da pressão dos empresários e da mídia privada, centrais sindicais



de todo o país se manifestaram para a manutenção do veto, já que a multa é uma proteção ao trabalhador. Além disso, o dinheiro da multa é usado para financiar políticas públicas de habitação e saneamento.

Sindsep debate importância do petróleo para o Brasil

Está previsto para o próximo mês, uma nova rodada de leilões para exploração do petróleo brasileiro. O movimento sindical é contra a entrega das reservas nacionais às empresas privadas, principalmente as estrangeiras. Para fomentar a discussão sobre o assunto, no dia 19 de setembro, o Sindsep-PE realizou o debate A importância do Petróleo para o País. O evento contou com a presença da CUT, do Sindicato dos Petroleiros de Pernambuco e da Paraíba e da Federação Única dos Petroleiros (FUP). O Ministério das Minas e Energias e a Agência Nacional do Petróleo foram convidados, mas não compareceram.

Na mesa de abertura, o diretor da Condseg e do Sindsep-PE, José Carlos de Oliveira, ressaltou a importância de a sociedade lutar por um projeto de “esquerda” e pela soberania nacional: “Não podemos entregar as nossas reservas ao capital estrangeiro”. A secretária geral do Sindsep, Graça Oliveira, avalia que na atual conjuntura política nacional, na qual a sociedade está disposta a ir às ruas lutar pelos seus direitos, é importante que o movimento sindical fomente esse debate para conscientizar a todos.

Carlos Moraes, da Fup, trouxe ao debate elementos importantes. Ele lembrou que a Petrobras só foi criada porque a socieda-



TEATRO TV Sindical fez crítica aos leilões. Acima, representantes dos petroleiros explicaram o quanto a legislação é danosa para o país

de pressionou: “Getúlio Vargas não fez nenhuma bondade”. Por isso, o petroleiro acredita que é momento de novamente fazer pressão. Hoje, a Lei 9478/97, que rege os leilões, estabelece que as empresas exploradoras de petróleo fiquem com 90% do lucro e

repassam 10% para o Estado. Em outros países, o Estado fica com cerca de 60% a 80% do lucro do petróleo.

Para Carlos Moraes, o Brasil poderia avançar bastante com recursos do petróleo. Ele deu o exemplo da Noruega. O país nór-

dico saiu da situação de pobreza e hoje é um dos melhores Índices de Desenvolvimento Humano (IDH). “É por isso que a Fup acredita na soberania nacional e na suspensão imediata dos leilões de petróleo”, conclui o petroleiro.

O leilão de petróleo que será realizado no próximo mês é para a exploração da área de Libras, na Bacia de Santos. A previsão é que exista no local cerca de 15 bilhões de barris de petróleo. O número é extremamente significativo, tendo em vista que nos últimos 60 anos a extração de petróleo no país foi de 20 bilhões de barris.

O coordenador geral do Sindsep-PE, Sérgio Goiana, explica que a ideia é promover mensalmente debates como esses no sindicato, sobre assuntos que estão na ordem do dia. “Como movimento sindical, nós temos o dever de fomentar essas discussões”, conclui o sindicalista.

HOMENAGEM ► Programação extensa em Pernambuco para comemorar o aniversário de 30 anos da CUT

Plenária e show nos 30 anos da CUT

ACUT-PE comemorou, no dia 20 de setembro, seu aniversário de 30 anos, completados em 28 de agosto. Foram realizadas duas atividades distintas. A primeira foi uma plenária sindical, no auditório do Sindicato dos Bancários, e a segunda, um ato político-festivo, na sede da entidade, que contou com o show do grupo Quinteto Violado.

A plenária sindical, no auditório dos Bancários, falou sobre desafios e perspectivas da CUT no cenário atual. O evento contou com a presença do presidente nacional da Central Única dos Trabalhadores, Wagner Freitas. Para ele, um dos principais desafios



PLENÁRIA Sindicalistas lotaram o auditório do sindicato dos bancários

da entidade é formar novas lideranças: “Estamos envelhecendo. Precisamos avaliar se estamos

atraindo a juventude”. Por isso, ele também avaliou que é necessário promover debates, aproximar o

movimento sindical da população. “Hoje, muitos jovens, principalmente, não querem saber de sindicato e de política. Isso está errado. É discurso da burguesia para manipular a sociedade”.

Para o coordenador geral do Sindsep-PE, Sérgio Goiana, que hoje é tesoureiro da CUT-PE depois de dois mandatos na presidência, é importante que a classe trabalhadora se prepare para os desafios que a atual conjuntura está colocando. “Os trabalhadores devem se munir de informações e compartilhar experiências porque só conseguiremos avançar se estivermos fortes e unidos”, explica o sindicalista.

Os 40 anos do golpe no Chile

Os chilenos reviveram, no dia 11 de setembro deste ano, os 40 anos de uma triste história: o golpe que derrubou o governo socialista de Salvador Allende e colocou em seu lugar o ditador Augusto Pinochet. Foram anos de uma ditadura sangrenta, que deixou mais de 3 mil mortos e 38 mil torturados. O que aconteceu no Chile já estava ocorrendo no Brasil desde 1964 e em quase todos os países da



América Latina. Um marco cruel da nossa história e da guerra fria. Passados 40 anos daquela triste data, os chilenos marcaram o dia com protestos que resultou na prisão de 60 pessoas.

Morte e devastação na Síria

O uso de armas químicas na população civil da Síria é uma vergonha mundial. A que ponto chegamos? Matar crianças gratuitamente por um conflito entre rebeldes e o governo, cada um em nome de um ideal, mas que perde completamente o sentido, tornando-se até irracional e egoísta, em nome da sua causa cega. Não existe nada mais importante do que a vida das pessoas e o respeito ao ser humano. Ver a imagens

dessas crianças comoveu o mundo, mas não fizemos nada para que isso não aconteça mais, enquanto o presidente americano decide se irá iniciar uma guerra. Surgem as dúvidas: quem causou tudo isso? Quem é o responsável pelo uso de armas químicas e quem as forneceu, quem matou essas pessoas, em meio à troca de informações desconexas e uma eminente guerra com intervenção internacional e apoio da ONU.